



---

## ARTIGO

---

# O ESPAÇAMENTO NATIVO NO BRASIL: UMA LEITURA INTRODUTÓRIA A PARTIR DO CRITÉRIO DE ÁREAS CULTURAIS<sup>1</sup>

## *THE NATIVE ESPAÇAMENTO IN BRAZIL: AN INTRODUCTORY READING FROM THE CRITERION OF CULTURAL AREAS*

Agenor José Teixeira Pinto FARIAS<sup>2</sup>  
Lenize Lemos MIÑARRO<sup>3</sup>

### RESUMO

*Este artigo pretende apresentar de forma introdutória os autores que trabalharam com o conceito de “áreas culturais” no estudo das populações nativas da América do Sul, em especial no Brasil. Este conceito foi utilizado durante boa parte do século XX e destacado por aqueles que pretenderam organizar um espaçamento dos povos nativos de modo a construir uma classificação e organizar uma leitura sobre a distribuição espaço-cultural das populações nativas. Neste trabalho estamos sugerindo que, por meio deste critério, uma visão eurocêntrica desta distribuição acabou sendo determinante por longo tempo na etnologia dedicada aos povos nativos do Brasil.*

**Palavras chave:** *etnologia indígena, áreas culturais, distribuição populacional, organização espaço-cultural.*

### ABSTRACT

*In this paper, we intend to construct an introductory view about authors whose works concerning native populations in South America, especially at Brazilian territory, are dedicated to the “cultural areas”. In the xx century, “cultural areas” was a largely used concept to define distribution and organization of native populations in the space-cultural criteria. We suggest that this concept are determinant to construct an eurocentric vision about the native distribution in the ethnological studies dedicated to native people in Brazil.*

**Key words:** *native people ethnology, cultural areas, population distribution, space-cultural distribution.*

---

<sup>(1)</sup> Os autores são gratos ao programa PIBIC-CNPq, desenvolvido na PUC-Campinas. Este artigo é parte dos resultados obtidos pelo projeto “O espaçamento nativo brasileiro” do Laboratório de Etnologia - LET, que contou com a aluna bolsista do programa.

<sup>(2)</sup> Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas.

<sup>(3)</sup> Aluna do Curso de Ciências Sociais da FCS do CCH - PUC-Campinas, bolsista PIBIC-CNPq.

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o espaçamento das populações indígenas brasileiras hoje possuem a sua bibliografia muito enriquecida. É nosso propósito fazer menção nesse artigo daquele material que, a par de diretamente serem referenciados e analisados no corpo do texto sejam também uma fonte para aqueles que pretendem se acercar da questão indígena no Brasil de uma maneira segura e introdutória. Parte do material bibliográfico que aqui estaremos indicando, não se atém, especificamente a uma dada etnia ou grupo lingüístico. Trata-se da construção de uma visão amplificada, ou seja, uma visão sobre o painel etnológico amplo e diversificado que compõe o cenário indígena brasileiro.

Boa obra introdutória, nesse sentido, é sem dúvida o livro **Índios do Brasil** de Júlio César Melatti. São também referências importantes os volumes da **Suma Etnológica**, publicação dirigida por Darcy Ribeiro. A leitura da obra **Índios e a Civilização** deste mesmo autor, também é uma interessante mostra sobre os caminhos anteriormente percorridos por aqueles que já pretendiam construir uma visão amplificada sobre o conjunto nativo no Brasil, na segunda metade do século XX. Ao seu lado, e bem mais atualizado, destacamos as publicações **Povos Indígenas no Brasil** dirigida por Carlos Alberto Ricardo, do antigo CEDI, hoje ISA, Instituto Sócio Ambiental. Do ISA merece um destaque especial a publicação **Aconteceu-Povos Indígenas**, também dirigida por Carlos Alberto Ricardo e Fany Ricardo, que apresenta um levantamento geral e, principalmente bastante atualizado se considerarmos as informações on line recorrentes no portal do ISA, ([www.isa.org.br](http://www.isa.org.br)), sobre a situação dos povos indígenas hoje no Brasil. O livro de Alcida Ramos publicado em 1986, **Sociedades Indígenas**, associado às coletâneas **Temática Indígena na Escola**, organizada por Aracy Lopes da Silva e Donizeti Grupionni e o livro **Índios no Brasil** organizado por Donizeti Grupioni, também são fontes seguras para a construção de uma boa leitura introdutória sobre a questão indígena no Brasil.

A intenção deste nosso artigo é observarmos entre as fontes que foram referenciais para as

análises que se realizaram sobre as populações nativas sul-americanas, a partir da segunda metade do século XX, aquelas que de certo modo tenham contribuído para a organização de uma classificação destes povos, em especial aqueles localizados no espaço territorial brasileiro. Trata-se de uma introdução a este debate, que adotamos como uma postura inicial e norteadora para a organização primeira de nossa leitura. Trabalhamos com a seguinte questão: como foi proposta, por essa literatura especializada, o espaçamento, enquanto critério para uma classificação das populações nativas na América do Sul?

Os sistemas de classificação assim aqui observados, não alcançam, portanto, a expressão de uma concepção nativa sobre o modo como as populações da região em destaque concebem a noção de espaço, território, ou mesmo habitat. Antes, expressa o modo como essa ampla diversidade foi pensada e compreendida no âmbito dos trabalhos que, por sua natureza investigativa, sempre se encontram inseridos em um contexto associado com diferentes teorias explicativas.

Podemos perceber inicialmente que os trabalhos desta área de investigação, por um longo período, estiveram circunscritos a delimitações espaciais que se apresentam ao modo de recortes excludentes. Entre estes destacamos os critérios lingüísticos, aqueles que se fundamentam numa classificação em troncos, famílias, línguas e dialetos para assim organizar um mapeamento da população nativa. Como é sabido, uma boa tradição etnológica se construiu no Brasil a partir de estudos específicos a uma aldeia e/ou etnia cuja indicação, via de regra, se dá pela classificação lingüística. Uma suposta e gradativa similaridade se espera encontrar entre povos que falam a mesma língua. Ou seja, mais remotamente supõe-se que haveria aí elementos de contato temporal que enriqueceriam o conhecimento etnológico que se pretende descobrir.

Estaremos trabalhando neste artigo com os critérios culturalistas, aqueles que foram baseados nas teorias dos traços e tipos culturais e que, por essa via, foram responsáveis pela organização de uma distribuição espacial cuja ênfase se encontra nas características que sejam aproximativas, pela via da difusão e por uma construção aproximativa das particularidades culturais encontradas por entre

os diferentes povos. Tais delimitações, enquanto parâmetros, têm influenciado a leitura sobre a distribuição dos povos nativos, de modo que um vasto campo etnográfico acabou sendo demarcado como se fosse formado por compartimentos culturais relativamente estanques, diferenciados e distanciados entre si.

Este procedimento teve, em grande parte, influência na organização dos estudos etnológicos contemporâneos e por consequência na construção de um corpus teórico específico. Desse modo foi responsável por uma tradição na antropologia brasileira. Os estudos etnográficos até meados da década de 80 durante o século XX, quase sempre se encontram contextualizados exclusivamente no interior de um dado compartimento, compartimento este que tenha sido delimitado, conforme anunciamos acima, a partir de um tipo de recorte excludente.

Com essa tradição em vigor corremos o risco de deixar de lado uma reflexão, em nosso entender não menos fértil, sobre um conjunto mais amplo e abrangente. Aquele que é composto pelos diferentes povos nativos sul-americanos que convivem em contínua interação, e, como tal, promovem interconexões que transcendem suas aparentes diversificações sócio-culturais. A partir da década de 90 percebemos na etnologia brasileira variações desta tendência com a construção de análises e estudos comparativos que se caracterizam pelas tentativas de produzir recortes transversais entre os povos indígenas estudados. Cabe-nos aqui, no entanto, mantermos o foco no período anteriormente citado, qual seja, a partir da década de 40 até meados da década de 80 no século XX.

Como vimos, de certo modo essa produção acabou por influir uma espécie de compartimentalização para os diferentes povos nativos que, assim, analiticamente, permaneceram distanciados entre si, compondo conjuntos relativamente independentes. Estaremos procurando indicar que essa postura teórico-metodológica resultou ficarem subestimados os possíveis movimentos sócio-espaciais autóctones, responsáveis por uma intercomunicação e uma inter-associação, entre os povos nativos na América do Sul, que provavelmente vêm mantendo um relacionamento freqüente mediante guerras,

comércio, afinidades, todo o tipo de trocas, há muitos séculos.

A metodologia em questão pode ter desconsiderado o fato que na história pré-colombiana da América do Sul, possivelmente já estivessem mais presentes forças responsáveis pelo processo de dispersão o que em consequência teórica sobressai o conceito de movimento, do que as forças de coesão cuja consequência teórica pode ter sido o alinhamento dos povos em sub-grupos relativamente estandarizados.

Esta pode ser nossa hipótese inicial. Por ter sido sugerida com base em diferentes ênfases geográficas construídas a partir dos critérios lingüísticos e tipologia cultural, a distribuição espacial dos povos nativos sul americanos foi sendo delimitada e, dessa forma, padronizada analiticamente ao longo do tempo. Pode ter decorrido daí, então, a construção de uma formatação metodológica com fortes influências na abordagem etnográfica que, por décadas, condicionou o estudo das culturas nativas sul-americanas.

Um dos esteios dessa tradição encontramos na premissa sugerida que, conjuntos e compartimentos sócio-ambientais, nichos ecológicos, teriam influência na construção das características culturais dos diferentes povos. Entre as principais decorrências desta tendência foi a crença exacerbada no papel da organização da produção de alimentos como sendo base de sustentação da cultura. Entre os autores que tratam esta questão destacamos White, L. 1943; Steward, J.1955; Carneiro, R.1961; Lee, R & DE Vore, I.1972; Gross, D.1975; Flowers, N.; Beckerman, S.1979; Margolis, M.1979; Meggers, B.1987. A cultura estaria condicionada ao meio ambiente físico que, por via de consequência, influenciaria, de forma positiva ou negativa, a construção das organizações sociais políticas e culturais nativas.

A publicação dos volumes do **Handbook of South American Indians** (HSAI), editado por Julian Steward já na década de 40, pode ser entendida como o momento inaugural para este procedimento teórico metodológico. A par de reunir trabalhos dos principais pesquisadores do período sobre as populações nativas sul-americanas, a obra referida tem ainda o mérito de condensar,

com grande fidelidade, o conhecimento que se tinha, ‘a época, sobre estas populações. Trata-se, por essas razões entre outras, de uma obra com um precioso acervo dos estudos de pesquisadores da época, mas, também, reveladora de elevado valor demonstrativo do estágio em que se encontrava o conhecimento sobre os povos nativos sul americanos, já na primeira metade do século 20.

As análises do HSAI constituíram-se em um formato que poderia ser considerado como paradigmático para a construção da distribuição espaço-cultural das diferentes populações nativas da América do Sul. Neste sentido, influíram na composição de parâmetros analíticos delimitando contornos entre cultura e espaço, sociedade e território, que até hoje se fazem sentir na produção dos estudos e na organização das ações voltadas para os povos indígenas sul americanos. Nessa direção destacam-se sobremaneira as propostas teórico-metodológicas que construíram suas classificações a partir do critério **áreas culturais**.

Neste artigo estaremos procurando mostrar como os destacados autores trabalharam com essa questão. Esperamos com este procedimento contribuir para uma leitura introdutória e, portanto, propiciar ao leitor iniciante uma visão sobre a complexa questão da pluralidade étnica do mundo nativo em terras brasileiras.

## ÁREAS CULTURAIS

O critério das áreas culturais foi fonte de referência substantiva para o espaçamento do painel etnográfico nativo sul americano, até pelo menos a década de 70 do século XX. E mais, ecos desta influência ainda hoje se verificam, na medida em que se repõe um importante debate sobre o arcaísmo das culturas nativas contemporâneas. Esse retorno atual ao debate sobre o arcaísmo das culturas nativas está sugerido por Lévi-Strauss, por exemplo, na edição especial da revista *L’Homme* sobre a Amazônia (1993).

Por muito tempo a etnologia das sociedades nativas sul-americanas se apresentou fortemente marcada por uma clivagem espaço-cultural, que se encontra expressa nas páginas do HSAI, Essa coleção: **Handbook of South American Indians**,

6 volumes do Bulletin 143 do Bureau of American Ethnology, publicado em Washington, 1946-1952, foi organizada por Julian Steward e contém amplas informações referentes a história, arqueologia e dados etnológicos a respeito das populações nativas da América do Sul. Embora hoje pode ser considerado desatualizado, permanece como uma importante contribuição da Smithsonian Institution para o desenvolvimento dos estudos sobre povos nativos sul americanos, sendo fonte de consulta segura e qualificada para este estudo.

Nessa obra encontramos marcadamente a relevância do conceito de **tipos culturais**. Com este conceito Steward procurou agrupar, segundo padrões sociais políticos econômicos e religiosos, as diferentes populações estudadas. Desse modo, por exemplo, temos em território brasileiro o tipo marginal como sendo aqueles povos portadores de agricultura simples e fragilmente organizados em torno de uma organização de parentesco. Encontramos ainda o **tipo** floresta tropical, que indica uma maior **adaptação** tecnológica com o meio, decorrendo dessa adaptação uma mais desenvolvida agricultura associada à presença de grupos sociais variados e constituídos a partir de sistemas de classificação, que não somente aqueles restritos à ordem do parentesco.

De acordo com a proposta de classificação de Steward, os demais povos nativos sul americanos vão se caracterizar também por uma tecnologia e cultura material mais avançada. Uma organização social mais complexa, com instituições superpostas de modo a construir um ambiente com características de urbanidade que demonstram também uma extensão de seus domínios políticos a partir de decorrentes diversificações sociais econômicas e religiosas. Voltaremos a detalhar os tipos culturais tais como Steward organizou, mas agora nos interessa mais é destacar a relevância do conceito de áreas culturais nesse período.

Será esclarecedor revisitarmos alguns parâmetros. Estamos sugerindo que estes parâmetros podem ser compreendidos como fundadores de uma tradição. Tratam diretamente da questão da distribuição espaço-territorial da população nativa sul-americana e, em especial no

Brasil. Em parte podemos antecipar que o conceito de áreas culturais teve por característica uma desconsideração do caráter processual e dinâmico próprio das populações nativas.

As propostas de classificação que fundamentaram os estudos pertinentes à etnologia sul-americana na primeira metade deste século, foram construídas valendo-se da influência do conceito áreas culturais. Este conceito deriva diretamente da observação da distribuição de elementos típicos de uma cultura e também acolhe teoricamente uma perspectiva difusionista. De fato, esta metodologia deriva, em grande parte, de uma preocupação taxonômica própria da museologia do século XIX. Enquanto sistema de classificação esta proposta nasce da busca de sistematização das semelhanças observadas em artefatos da cultura material entre grupos de povos nativos que ocupavam uma mesma região geográfica. Nos termos de Linton, a explicação teórica subjacente a este sistema de classificação seria:

“...as várias áreas geográficas apresentam diferenças pronunciadas de clima e de recursos...Toda sociedade que se estabelecer nessas áreas, tem de desenvolver acomodações culturais `as condições locais...Com o tempo, essas acomodações se tornarão mais exatas e complexas de maneira que cada cultura divergirá mais das que vivem em ambientes geográficos diferentes.” (Linton: 1936: 385.)

Desse modo, se, de uma dada população migra pelo menos parte de seu contingente populacional para um novo ambiente físico, constituindo um novo território, considera-se como mais provável que essa população assuma novos elementos culturais já bem adaptados, adquiridos por contato com as populações locais, do que venha a desenvolver adaptações sobre a base de seu conteúdo tradicionalmente construído na condição de origem, qual seja, na sua região de ocupação anterior ao processo de migração. Essa perspectiva postula que as culturas que compartilham uma mesma área geográfica tendem a ter um conjunto de traços em comum. Exemplo desta direção foi o reconhecimento da região do Alto Xingu no Brasil como sendo resultante de um “adensamento de culturas” (id).

Eduardo Galvão (1979), autor que retomaremos adiante, cunhou um conceito bastante expressivo desse sentido: **compressão cultural**. Este seria um processo resultante da proximidade física entre diferentes tradições culturais, cujo resultado seria um tipo de mesclagem. De acordo com esta visão esse fato seria responsável por uma aceleração no processo de difusão cultural. No caso do registro de diferenças internas às culturas de uma mesma área cultural, seguindo com esta perspectiva, recorre-se ao fato de que um grupo imigrante sempre traz consigo uma base sobre a qual as adaptações se realizarão com maior ou menor adequação.

A variável predominante no conceito de área cultural é a de um ajustamento e uma interação entre o meio ambiente e a cultura. Para a delimitação de uma área cultural se supõe que povos que vivem em contato podem ter maiores oportunidades de assimilar as mesmas coisas do que povos que vivem distantes entre si. Numa definição bastante simples e sumária “...uma área em que se encontram culturas similares chama-se área cultural. (Herskovits, M.J. 1948 : 219-238.)

Dada a interface cultura/espço é de se esperar que, na definição e uso do conceito das áreas culturais, encontremos os traços delimitativos de seus contornos derivados especialmente a partir da cultura material. Boas (1938) já alertava para o fato de que, se uma análise vier a ressaltar aspectos que não os materiais de uma cultura, os limites propostos para as áreas culturais poderão não coincidir, uma vez que estas, as áreas culturais, se constróem com base na cultura material.

Mesmo com essa ressalva permaneceu freqüente o uso das áreas culturais com a consideração sobre as culturas de uma dada área como sendo interdependentes. Supunha-se uma certa coincidência, definida tendo-se em vista traços da cultura material, entre a distribuição dos povos pelas áreas. Como orientação mais explícita para a definição de uma área cultural e tendo por base as propostas classificatórias elaboradas por diferentes autores, Boas indicou que uma prévia definição espacial seria condição fundamental na organização das áreas culturais.

Cabe repetir que o conceito de área cultural pretendia ser uma contribuição para a delimitação de grupos específicos de culturas que se aproximavam. Em outra definição sobre o mesmo conceito esta aproximação pela semelhança se destaca. “Área cultural é uma unidade de espaço geográfico onde se encontram uma ou mais culturas semelhantes, assim é simplesmente a classificação espacial da cultura” (Kroeber, 1939).

O conceito de área cultural também foi formulado pelo antropólogo americano Clark Wissler, em um estudo sobre os índios norte-americanos. Esse conceito ele designa como:

“uma região em que predominam os traços característicos de uma dada cultura, portanto seria um espaço e uma região geográfica em que tais traços se mantêm mais autênticos e homogêneos, mesmo que a sociedade ou o grupo social que os apresenta se desloque para outra região ou ocupe várias” (Encyclopédia Britannica do Brasil Publicações, 1999)

Se tomarmos o “Dictionary of Anthropology” organizado por Charles Winich em 1956, a classificação sobre áreas culturais é mais próxima do contexto histórico e não do meio natural. Vai contra o conceito de determinismo geográfico, sugerido primeiramente por Ratzel, que resumidamente se baseia no postulado de que o meio ambiente natural age sobremaneira e influi o comportamento humano. De acordo com o dicionário “Novo Aurélio Século XXI” encontramos esse conceito como sendo:

“território ou uma zona geograficamente delimitada, definida pela presença, entre a população aí estabelecida, de um conjunto de elementos culturais dados relativos a um ou vários aspectos da vida coletiva, como a ecologia, economia, cultura material, traços de organização social ou crenças e valores culturais.”

Ocorre também uma ampliação do conceito de áreas culturais sobrepondo-se à distribuição espacial para abranger grupos humanos que embora em diferentes pontos da Terra, podem apresentar

condições semelhantes de cultura pela permanência de valores constantes. É o que permite falar hoje, por exemplo, em áreas culturais abrangendo povos que, originados de uma formação portuguesa, encontram-se na Europa, América, Ásia e África.

Mas áreas culturais podem, também, serem classificadas como um território geograficamente delimitado. Para essa caracterização das áreas culturais, é preciso fazer o levantamento das populações em um período temporal definido, ficando assim em bases mais sólidas a reconstituição cultural. Aspectos da vida coletiva, valores culturais e relações com o meio ambiente, são alguns dos critérios observados na organização destas áreas.

Como vimos, um classificador importante é a distribuição espacial dos elementos culturais dentro de uma delimitação geográfica. Para isto são considerados, como exemplos, os seguintes aspectos; localização, distinção das tribos, filiação lingüística, parentesco, agricultura, cultura material (cerâmica, trançado, tecelagem, armas, ornamentos, objetos), tecnologia, uso de venenos/plantas nocivas, tipo de vestimenta e/ou pintura corporal, organização familiar e social, tipos de habitações, presença de Xamãs, tipos de enterramento, uso de instrumentos musicais, uso de narcóticos, religião e rituais de passagem.

Vejam agora como os diferentes autores trabalharam com esse sistema conceitual. Inicialmente mostraremos uma perspectiva global de modo a indicar como o conceito de área cultural se aplicou numa leitura que procurava organizar a distribuição das culturas nativas pelos vários continentes. Em seguida estaremos observando os autores que são referência teórica na aplicação deste conceito especificamente em território brasileiro.

## UM SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO INTERCONTINENTAL

Felix Keesing (1961) produziu uma classificação geral a partir do conceito de áreas de culturas, e as distribuiu por entre os diferentes continentes.



**Grandes Zonas de "Habitat". Esquema simplificado para mostrar as características principais em base global.**

in Keeseing, 1961:180

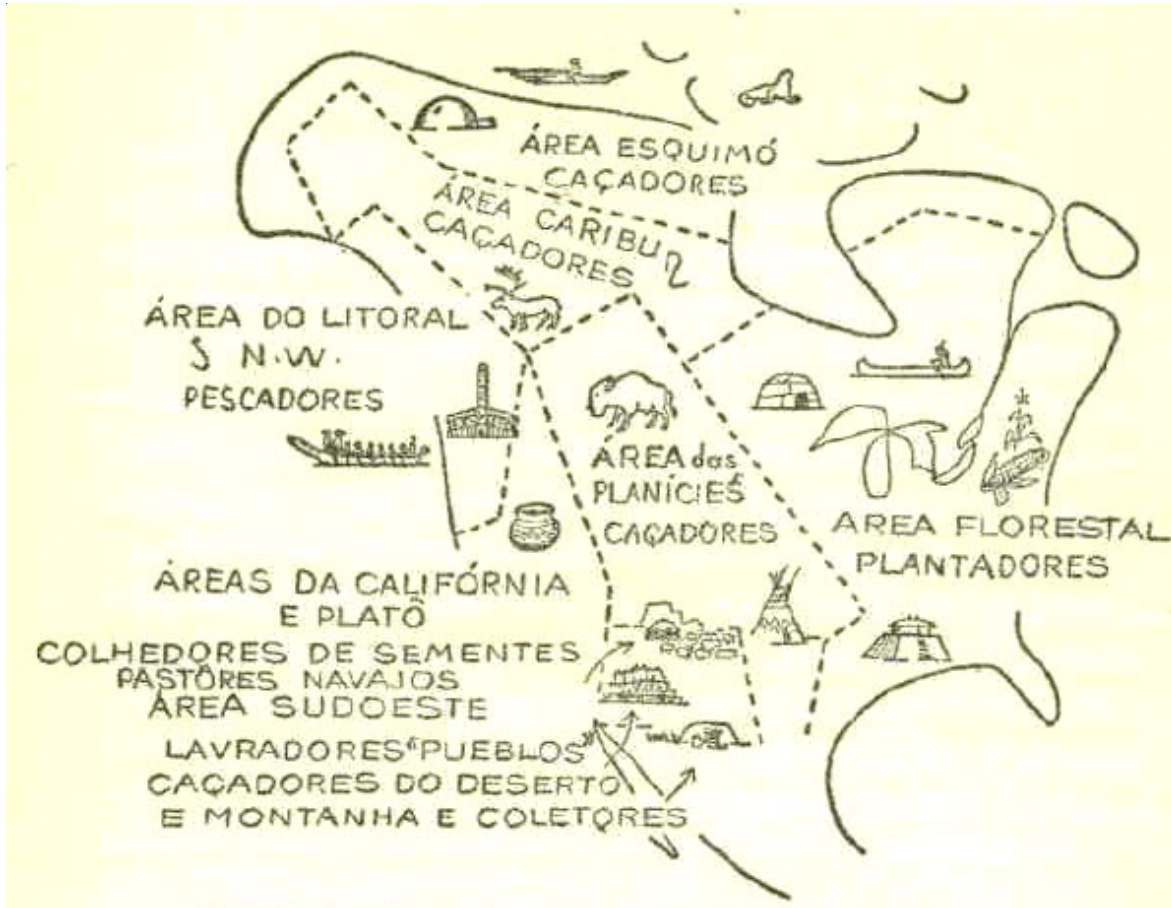
Iniciamos pela sua tabulação com as áreas culturais das populações nativas norte-americanas sub-divididas em diferentes regiões e denominações. A área **Esquimó** é caracterizada pela presença dos caçadores do ártico e, entre estes, se encontra uma relativa uniformidade geral desde o leste da Ásia até o leste do Canadá. Observou a presença de traços bastante comuns entre si. Na área caracterizada como **Caribu**, são encontrados os silvícolas do Norte. Estes são nômades e caçadores, tendo como fonte de sobrevivência a alimentação do caribu, uma espécie de veado.

Na área denominada **Litoral Norte-Ocidental** é encontrada a presença de pescadores, ao longo do litoral e em faixas estreitas de ilha, envolvidos com a pesca do salmão e sua preservação. Os nativos adotaram uma vida sedentária e essas populações indígenas viveriam, de acordo com esta classificação, em um sistema de status competitivo e com uma riqueza cerimonial altamente desenvolvida e especializada.

As áreas da **Califórnia** e **Platô** são classificadas por Keeseing com a presença de grupos

coletores de sementes do Oeste norte-americano. O armazenamento de sementes sazonais permitiu a essas populações também um modo de vida sedentário. Na área de **Planícies** são encontrados caçadores das planícies, e a organização social gira em torno de um estilo de grandes famílias, centralizando-se economicamente na criação de búfalos.

A área **Florestal** recebe a ação de grupos plantadores das florestas orientais que produzem víveres como milho, abóbora e vagens. O sedentarismo também é observado nestas populações. Registra a importância da cerâmica para o estudo arqueológico. Na área **Sudoeste** os lavradores habitam apartamentos de pedras. O milho é o alimento básico. A vida cerimonial pode ser classificada como diversificada e a água um componente importante dentro dessa vida cerimonial. Nessa região se observa a ação de grupos de pastores Navajos onde as tradições foram mantidas por muitos grupos de regiões desérticas e montanhosas. Essa população depende da coleta de sementes e da caça de animais selvagens.



Principais Áreas de Cultura da América do Norte.

in Keesing, 1961: 213

Seguindo com a classificação de Keesing, a área cultural denominada **África** caracteriza-se como sendo mais extensa quatro vezes do que a área de cultura dos norte-americanos. O clima do continente africano é predominantemente tropical, contendo uma faixa com o clima mediterrâneo. Encontram-se terras desertas e de vegetação pobre, do norte ao sudeste como o Saara e o Calaari. Há também a presença de florestas de chuvas tropicais e savanas especialmente nas zonas centro-oeste, platôs cobertos de matas e gramas particularmente nas zonas do centro-leste e do Sul. Segundo o autor, são encontrados sistemas fluviais, inclusive no estreito do Nilo, os quais proporcionam grandes linhas de comunicações.

Para a caracterização das subdivisões em áreas de cultura da **África**, Keesing fez um esquema

simplificado para demonstrar os seis grandes tipos de utilização do habitat, correlacionando, por essa via, natureza e cultura.

Os primeiros são dois grupos isolados e muito especializados. Os **Boximanes**, caçadores do deserto que sobrevivem de caça animal e da coleta de plantas comestíveis e melões. São encontrados no deserto do Calaari. Os **Pigmeus** que habitam as Florestas de Chuvas e são apanhadores de raízes e frutas, mas caçam quando há oportunidades.

Os **povos Negros da África Central e Meridional** são divididos pelo autor, em dois grandes grupos. O primeiro é caracterizado pela prática da agricultura que é mais constante ao Oeste, onde também se encontram animais selvagens e domésticos. As populações são espalhadas nas florestas e nas terras elevadas.



Esses povos praticam o cultivo seco, utilizando-se da chuva natural para irrigação. Outros praticam uma agricultura mais diversificada e estável já que habitam especificamente os vales do Nilo e do Níger.

A área classificada por Keesing como **Pastoreio** caracteriza-se pela presença de criadores de gado ao leste e também ao sul. Já na direção norte é realizado o pastoreio com carneiros, bodes e cavalos. O cultivo de trigo que é o produto

mais valioso, acontece no litoral mediterrâneo e pelo “ tubo ” do Nilo. Outras atividades como a escrita , o comércio do ouro e do marfim tem seus próprios caminhos, com suas distribuições para o sul e para o oeste.

Como podemos observar as ordenações feitas por Keesing preocupam-se em classificar populações, de acordo com a área cultural designada e, principalmente, a partir dos modelos de sobrevivência dessas populações aí estabelecidas.



**Áreas de Cultura da África. Esquema simplificado para mostrar as seis grandes tipos de utilização do "Habitat".**

in Keesing, 1961: 201

Keesing descreve também a caracterização da grande área de cultura denominada **América Central** de acordo com uma história de migração, havendo interação cultural e especialização regional e local, que acabam tornando complexos os fatores espaciais. O autor traça também um panorama temporal que vai desde os tempos pré-agrícolas até os impérios Maias, Asteca e Inca. Destaca a **Zona Naua** como sendo a área que tem como características as construções de centros eclesiásticos em volta de templos. A região caracterizada como área **Inca** tem como características a cultura intensiva do milho, batatas, entre outros cultivares, instalações de águas, artesanato e a utilização do lhama como animal doméstico.

Na área das **Antilhas** destaca-se a economia característica de grupos aborígenes, com o cultivo tropical árido e a presença da pesca. A área **Chibcha** e **Amazônica** é composta por florestas tropicais e apresenta uma continuidade cultural com a área Antilhana. Os elementos básicos para a subsistência são a mandioca, a caça e a pesca. Essa área foi reconhecida também como “área de uso de drogas”. Na denominação da área **Guanaco**, as populações tem o guanaco e o lhama como animais primordiais para sua sobrevivência. Os povos dessa região tem seu estilo de vida baseado na caça.

A área caracterizada por Keesing pela denominação **Fueguina** se localiza na zona fria em torno do estreito de Magalhães e, seus habitantes são povos pescadores e caçadores. Há dependência de mamíferos marinhos, pois trabalham com o manejo dos ossos desses animais.

A área de cultura classificada por Keesing como sendo das **Ilhas do Oceano Pacífico** compreende a Malásia, a Austrália e a Oceania. É uma região quente que, devido a presença de espaços oceânicos, teve facilitada a comunicação e a migração. Por outro lado, também ocorreu o isolamento e a especialização cultural de alguns povos.

Na Austrália, mais aberta e deserta e estendendo-se até a Tansmania a principal fonte de subsistência vinha da caça. Lá são encontrados os aborígenes que se caracterizam por um acúmulo mínimo de bens materiais. Os povos melanésios (da “ilha Negra”), localizados no sudeste do Pacífico, denotam uma extraordinária diversidade cultural.

Os povos micronésios (ilhas pequenas”) e polinésios (muitas ilhas) do norte e do leste da Oceania, se utilizam das fortes chuvas para o plantio de raízes e frutas sem irrigação. Devido ao isolamento local em que se encontram ocorrem enormes variações culturais, sendo esta uma justificativa usada por Keesing para, então, registrar os polinésios como tendo um sistema de descendência bilateral, enquanto que os micronésios uma descendência marcadamente matrilinear. As áreas de cultura, por vezes, são demarcadas por sub-regiões e, no caso em particular, os povos do Pacífico são muitas vezes reconhecidos por designações sub-regionais amplas como Aborígenes, Polinésio, Micronésio e Melanésio.

Vejam agora como os autores que são referenciais nesse campo de estudo trabalharam com o conceito de áreas culturais, mais especificamente no território brasileiro e suas populações nativas aqui assentadas.

## O PROCESSO DE MUDANÇA COMO ELEMENTO DE CLASSIFICAÇÃO

Murdock (1951) trabalhou com o conceito de áreas culturais a partir da premissa que as condições de existência das sociedades estão sempre passando por mudanças. Estas, as vezes rápidas, outras vezes nem tanto, podem advir de acontecimentos naturais, sociais ou demográficos, como por exemplos, guerras, epidemias, acréscimo ou decréscimo populacional acentuado, mudanças nos padrões residenciais e assim por diante. Admite mesmo que certas adaptações internas, advindas de invenções tecnológicas e/ou contatos com outras populações, podem estimular empréstimos culturais que seriam, por si, causa de mudanças nas diferentes culturas.

Distinguiu vinte e quatro áreas para a América do Sul, sendo que nos ateremos a indicar aquelas localizadas em território brasileiro, com as respectivas etnias tal como se registraram à época. Destacamos que mantivemos a grafia original de modo que, se confrontarmos com outros autores e suas respectivas classificações, esse procedimento se tornará bastante evidenciado. Ressaltamos ainda que esta grafia dos etnônimos talvez seja um dos maiores desafios para este tipo de trabalho.



in Murdock, 1951.



Dada a imensa variedade de etnias e sua dispersão pelo território de acordo com os critérios usados por Murdock, que listamos a seguir, apresentamos o mapa organizado por Murdock em 1951. Para os fins deste artigo esta informação se apresenta como dado de verificação suficiente.

Ao confrontarmos esses dados com as informações que vimos acumulando sobre a distribuição populacional nativa em tempos atuais, a grafia diferenciada das etnias assume grandes proporções. Esperamos poder desenvolver uma metodologia que de conta dessa dificuldade, mas isto será feito em próxima futura tarefa. Por ora, voltemos a apresentação de Murdock e sua distribuição da população nativa pelo território brasileiro.

No **Tabuleiro Oriental** estão localizadas as etnias Guarani, Tupi (São Francisco) e os Tupinanbá. A área definida como **Atlântica** conta com a presença das etnias Kaingang, Maxakali, Aweikona, Botocudo, Kamaka, Guataka Gueren, Pataxo e Puri.

Na área classificada como **Xinguana** se encontram os Arawine, Aueto, Bakairi, Turmai, Waura, Yaruma. Já na área **Boliviana** as etnias indígenas são; Arikem, Xapakura, Xane e Paressi.

**Juruá-Purus** é a área em que se encontram os Amahuaka, Kaxinaua, Katukina, Ipurina, Maioruma, Mura, Paumari, Iamamadi e Iuma. Na área de denominação **Amazônica** são registradas as etnias Kokama, Manao, Omagua, Wairaku e Yurimagua. **Caquetá** é a área onde estão presentes os Achagua, Baniwa, Betoí, Tukano e Tukuna.

Na área **Savana** estão localizados os Auaké, Puinave, Guahibo, Maku e Xiriana e na área denominada **Guiana** estão as etnias indígenas; Apalaí, Aruak, Arua, Barauna, Kamarakoto, Karib, Emerillon, Makuxi, Palikur, Rukuyen, Taulipang, Waiwai, Wapixana e Yekuana.

Na área classificada como **Goiana** consta a presença registrada dos Akroa, Apinayé, Bororo, Karajá, Kariri, Kayamo, Kaiapó, Coroa, Fulnio, Jeiko, Opaye, Xakriaba, Xerente, Suya, Tapirapé, Tarairu, Terembe e Timbira. Sob a denominação de área **Paraense** são encontradas as etnias indígenas; Amanaie, Apiaka, Arara, Kawahyb, Guaja, Maué, Mundukuru, Tenetchara.

## A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

Em 1955 Oberg postulou uma relação entre a capacidade de produção proteica e o tamanho das populações. Segundo este autor quanto maior a capacidade produtiva alimentar, maiores os núcleos populacionais, ocasionando, no limite, uma expansão territorial. Dessa forma, uma estratificação social de grupos, ao contrário de uma classificação por status que seria individual, estaria fortemente associada às populações com maior capacidade de produção alimentar. Esta linha de pesquisa foi retomada posteriormente por Gross (1975) e seus adeptos. Ainda de acordo com Oberg, quanto mais uma população dedicar tempo para as atividades relacionadas à produção alimentar, menos tempo estariam dedicando para as práticas rituais, o que seria compensado pela atribuição destas atividades a estratos específicos da população.

Em sua classificação Oberg sugeriu a categoria “**tribos Homogêneas**”: pequenas unidades nas quais todas as relações se dão em termos de parentesco e nas quais a “tribo” é um único grupo incorporado e nomeado. As normas sociais dar-se-iam em termos do sistema de parentesco, do casamento e das regras de residência. Esta característica preservaria o grupo em sua “estrutura mínima”. As mudanças, quando ocorressem, seriam em razão das dimensões dos fatores que atingissem esta “estrutura mínima”. A intensidade destes fatores é que seria o vetor de mudança no interior das “tribos homogêneas. Mais recentemente esta perspectiva foi em parte retomada por Riviere, (1984) e também por Viveiros de Castro (1985) nos termos de “sociedades minimalistas”.

Segundo a análise de Oberg ocorreriam duas magnitudes para esta “estrutura mínima”. Um sistema de duas linhagens, ou um sistema de quatro linhagens. Quando da presença do sistema terminológico do tipo primos cruzados: grupos pequenos, habitantes da floresta e agricultores. Quando da presença de um sistema do tipo “havaiano”: grupos maiores, dedicados à caça e coleta, com maior necessidade de mão-de-obra para a sobrevivência. Isto porque, na prática

agrícola, são utilizados homens e mulheres nas atividades produtivas, ao passo que nos grupos de caçadores, ocorre uma maior especialização da atividade produtiva principal, mais afeita aos homens.

Entre as “**tribos Homogêneas**” da classificação de Oberg, os povos nômades e caçadores estão na região sul - Chaco, Pampas, Faguinos. Apresentam linhagens com características produtivas e praticam a residência patrilocal. Os grupos mais populosos, na direção Norte, apresentam-se mais estáveis e com um padrão residencial matrilocal. A importância da matrilocidade, ou da patrilocalidade, entre as **tribos Homogêneas** deve-se ao fato de que este fator estabelece linhagens correspondentes, matri ou patri, que poderão vir a ser precursoras de sibs matrilineares, ou patrilineares.

Uma outra categoria sugerida por essa classificação foi a das “**tribos Segmentadas**”. Aquelas cuja unidade é composta baseando-se em grupos de parentesco unilineares nomeados, sibs ou metades, e que também apresentam distintos tipos de associações nomeadas e sistemas de classes de idade. As “**tribos Segmentadas**” seriam aquelas que desenvolveram uma necessidade de identificação e classificação de grupos, mais do que de indivíduos. As linhagens, sendo unilineares, pedem uma classificação por segmentos, e não são distribuídas individualmente. Por sua vez, nas “**tribos Homogêneas**” os indivíduos é que se classificam em relação a um só grupo, nomeado e corporado.

### A CLASSIFICAÇÃO EM TIPOS CULTURAIS PELA ANTROPOLOGIA ECOLÓGICA

Parte integrante do projeto de definição das áreas culturais é a identificação e classificação de fenômenos culturais recorrentes. Julian Steward procurou demonstrar o modo como a adaptação cultural ecológica se apresenta para este sistema. Entende ser esta uma necessidade adaptativa também em termos históricos e que está relacionada com as mudanças necessárias do meio circundante. Por compreender que um sistema taxonômico deva

antes se preocupar em traçar paralelos do que contrastes e diferenças, sua classificação prioriza o termo **tipo--cultural** ao contrário do termo **área**.

Ao definir um tipo cultural Steward buscou as inter-relações funcionais nos traços considerados. Essa classificação, proposta no **Handbook of South American Indians**- HSAI, fundamentou-se em organizações sociais, padrões religiosos e sistemas políticos. Negligenciou, conscientemente, uma possível distribuição populacional de acordo com **ítems culturais**. Essa categoria (no original **cultural elements**) compreendia toda a parafernália relativa a cultura material, incluindo aqui, por exemplo, a pintura e demais elementos da ornamentação corporal que, hoje sabemos, em muitas culturas nativas sul-americanas estão intrinsecamente relacionados a sistemas de classificação e organização social. Nessa direção o livro **Grafismo Indígena**, organizado por Lux Vidal e Aracy Lopes da Silva é uma fonte bastante segura e atualizada sobre esse tema.

O principal referente nessa classificação foi a observação de componentes que atuam na integração das instituições sociais, ou seja, na composição do que seria considerado **uma unidade tribal**. Questões relativas ao controle político, à permanência ou não de facções em disputa e às regras de residência foram os critérios definidores para as “tribos” a serem classificadas e distribuídas pelos tipos culturais, que comporiam as áreas culturais. Como vimos, estas áreas atendiam a uma forte priorização de critérios relacionados ao meio ambiente circundante, ecológicos por assim dizer.

A delimitação de uma “tribo” deu-se pela consideração de sua homogeneidade lingüística e cultural além de sua independência política havendo uma magnitude variada para este conceito. Famílias extensas e linhagens apresentavam-se como características passíveis de uma definição das sociedades amazônicas como “tribos”. Caracterizava-se já nestes estudos, por essa via, o atomismo sócio-político para a região que posteriormente será retomado por boa parte dos estudiosos da Amazônia indígena. A par desta questão, ainda foram consideradas, para os termos da classificação, tipologias referentes à categorização social dos membros de uma dada unidade, a tribo.

Destacaram-se os critérios autóctones de classificação social por categorias como sexo e idade, além dos diferentes tipos de associações, sejam estas militares, rituais ou econômicas.

Vejamos resumidamente como foram organizadas essas diferentes tipologias:

a) As “**tribos Marginais**”: formada por caçadores, pescadores, e coletores nômades. São consideradas aquelas culturas constituídas com base em **padrões sócio-religiosos simples** (sic). Para esse autor, em razão das tribos Marginais habitarem uma região pobre em recursos naturais, suas instituições limitar-se-iam aos termos das necessidades de subsistência.

b) As “**tribos de Floresta Tropical**”: possuem uma prática agrícola mais desenvolvida ao contrário das “tribos Marginais”. A estas tribos de Floresta Tropical se associam os povos da região sul andina. Seria característica destas “tribos” uma certa coesão política especialmente baseada em grupos de parentesco. Destacam-se os agrupamentos sociais por idade e sexo em múltiplos tipos de associação. Caracterizam-se por um tipo de chefia política informal. Em razão de uma maior capacidade tecnológica, possuem uma cultura material mais diversificada.

c) As “**tribos Circum-Caribe**”: ocupam a região da América Central, o norte da Venezuela, a Colômbia e as grandes Antilhas. Assemelham-se, em termos de tecnologia e cultura material, ao grupo anterior, as “tribos de Floresta Tropical”. Possuem maior diversificação quanto à produção de sua subsistência. Suas aldeias apresentam maior grau de complexidade. Não se atêm a grupos de parentesco em associação e, como decorrência, serão mais populosas e estáveis. Ao contrário dos tipos anteriores, nos quais a presença do xamã está associada às curas e práticas afins, aqui se verifica a presença de sacerdotes responsáveis por templos dedicados a “deuses tribais”.

d) As “**tribos Centro Andinas**”: são aquelas que possuem os maiores graus de desenvolvimento agrícola na América do Sul. Por serem densamente povoadas estas tribos conseguiram o controle de imensas áreas pelos centros urbanos e, também, por meio de uma eficiente rede de comunicação e transporte. Padrões culturais, como hierarquia de

clãs, guerras de conquista, hierarquização de sacerdotes e deuses, cerimônias públicas e seus ciclos rituais encontram-se plenamente desenvolvidos. Tais características estariam presentes apenas de uma forma implícita nas tribos do tipo anterior, que teriam tido um impulso gravitacional maior, no sentido de manterem coesão política, por meio dos seus grupos de parentesco.

Steward ampliou essa classificação renomeando o tipo **Floresta Tropical** e o **Tipo Marginal**.

No interior do Tipo **Floresta Tropical** é encontrada a área das **Guianas** que é considerado por ele um centro de dispersão por haver um maior número de traços característicos. Essa é a razão para o autor sub-dividir esse tipo em três áreas: **Costeira**, **Savana-montanhosa** e **Amazônica** onde são encontradas os povos Karib e Arawak.

Outro tipo/área relatada por Steward é a **Mojos- Chiquitos e Montaña**. Localizados na Bolívia oriental, as etnias típicas são os Mojos, os Chiquitos além das etnias Manasí e Xaray, dadas como extintas. Esta área atende aos traços principais da **Floresta Tropical**, quais sejam, a cerâmica, as redes, o arco e a flecha.

As etnias dos Rios Juruá e Purus também são classificadas por Steward. Cita as três principais famílias lingüísticas como sendo; Panoan, Arawakan e Catukinam. Destaca como sendo o grupo que tem maior desenvolvimento dos elementos culturais na Floresta Tropical, os Arawakans. Classifica também estas etnias como sendo compostas de pescadores de grandes rios. São característicos nesta área os seguintes objetos da cultura material; cerâmica, trançado twilled e canoas de casca e ubás.

No interior do tipo **Floresta Tropical** são encontradas as populações de língua Tupi. Steward as apresenta como formadas pelos Tupinambá e Guaraní. Estes são localizados sobre a costa atlântica, passando pela foz do Amazonas até o rio La Plata. Também encontramos neste tipo/área as etnias localizadas no baixo Tocantins, no baixo Tapajós e no baixo rio Madeira. Essas populações destacam-se pela arte de fazer canoas de casca e de pirogas. A tecnologia aí encontrada é classificada como simples para Steward e as tribos são classificadas como guerreiras e praticantes do canibalismo.

Dentro da classificação tipo **Marginal**, se encontra a área das Tribos Marginais da periferia Meridional Amazônica, sendo constituída por tribos da foz dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Guaporé. Com a presença dos índios Carajá, Tapirapé, Alto Xinguanos, Nambikwara, Bororo,

diferentes etnias Jê, Guajá e Tenetahara. Essas etnias, segundo Steward, têm um “modo de vida bastante primitivo” (sic), especialmente no quesito tecnológico.

Vejamos a figura construída pelo autor em 1948



**Mapa 2 - Divisões culturais segundo Steward (1948:884)**

- 1 - 6: Culturas básicas da Floresta Tropical
- 1 - Guianas
- 2 - Amazonas
- 3 - Montanha
- 4 - Juruá-Purus
- 5 - Mojos-Chiquitos
- A, B - Sub-marginais
- 6 - Tupi
- A) Marginais Ocidentais
- B) Mura
- I a III - Marginais
- I) - Marginais Internos da Guiana
- II) - Marginais do Nordeste
- III) - Marginais meridionais (Am.)

Steward apresentou uma outra área/tipo como sendo; **Marginais internos da Guiana**, que se localiza entre as cabeceiras meridionais do Orinoco e setentrionais do Negro. Conta com a presença das seguintes etnias: Xiriana, Waika, Guaharibo e Auake. Essas não possuíam horticultura, se utilizam da caça e pesca. Na área **Marginais do Nordeste Amazônico**, inclui os Catapolitani e os Huhuteni além de alguns grupos de possível origem Maku. Steward alerta sobre o pouco conhecimento etnológico que se tinha à época sobre essas etnias.

Finalizando, temos a área classificada por Steward como **Marginais Ocidentais** que é dividida em dois grupos. O primeiro se localiza a margem norte do Maranhão até o Rio Putamaio e o segundo é composto por grupos Pano e Aruak no Ucaiale, Madre de Dios e Juruá-Purus.

### O CONTATO COMO UM COMPONENTE DO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

Eduardo Galvão apresentou seu mapa de áreas culturais na IV Reunião Brasileira de Antropologia em 1959. Seu trabalho pretendeu ser crítico ao que se tinha construído sobre esse tema até então, especialmente aquele do HSAI organizado por Julian Steward. Galvão pretendeu que sua classificação tivesse um alcance de 60 anos, qual seja o período entre 1900 a 1959. Merece destaque nessa classificação o critério - contato intertribal, mas também entraram como outros critérios a distribuição espacial contígua de elementos da cultura material, das práticas cerimoniais e da organização social. Como é próprio ao conceito de área cultural, todos estes critérios foram abarcados por uma leitura geográfica, entendida aqui como sendo uma dimensão espacial que agrega o maior número destes elementos, elencados e aproximados em seu conjunto.

Este autor procurou mostrar as características físicas e ambientais como relevantes, além de dar ênfase para a distribuição contígua de elementos culturais. Como dissemos, considerou destacadamente a situação de contato destas populações

com a sociedade brasileira envolvente. Esse contato é apresentado como sendo o painel cultural composto pelas diferentes frentes pioneiras que se organizaram no contexto colonizador do interior brasileiro de então. Ao destacar essa situação de contato como uma componente variável para sua classificação, Galvão trouxe para o debate a diacronia como elemento de análise. Para tanto, organizou as seguintes bases sobre as quais se constrói sua classificação: contato externo – aquele entre as sociedades indígenas e a sociedade nacional; e contato interno – “as relações intertribais e suas decorrências aculturativas”

Para dimensionar o campo de análise - contato externo, baseou-se, em especial, na utilização das categorias: **isolados; intermitentes, permanentes e integrados**. Inspirado em Darcy Ribeiro (1957), estas categorias formariam uma escala gradativa entre os encontros, por partes dos nativos com a sociedade nacional envolvente, que variava da condição esporádico ou acidental até uma incorporação completa junto a sociedade nacional. Estes tipos de contato conferem um efeito na escala temporal. Isto porquê privilegiam para a observação um processo de “encontro de culturas” (id) . Na sua classificação, como decorrência, observamos uma absorção de grupos marginais pelo tipo floresta tropical. Este fenômeno foi cunhado como “compressão cultural”. Na região do rio Negro, por exemplo, as etnias Maku, Tukano e Arawak se reúnem compondo uma configuração própria. O mesmo acontece na região do alto Xingu, onde a nucleação de diferentes populações atestaria um processo intertribal de trocas e adaptações aculturativas.

Vejamos a distribuição organizada por Galvão em 1959, em um mapa ilustrativo

A área classificada como **Guaporé** fica localizada na margem direita do rio Guaporé e na parte meridional da bacia do alto Madeira, sendo composta por etnias Tupi e Txapakura. Galvão destaca como estando em processo a aculturação inter tribal que acaba levando a hostilidade. O autor considera importante ressaltar os processos de trocas de informações e culturas decorrentes desses encontros étnicos.





in Galvão 1950: 207

Outra área é aquela compreendida entre o curso médio superior do **Tapajós e Madeira** com a presença das etnias Mundukuru e Kawahyb. Galvão volta a destacar a presença de contatos com a população envolvente que apresenta como sendo uma variação entre isolados e permanentes.

A área denominada **Xingu**, se localiza entre os rios Suiá – Misu, ao norte Paranatinga, ao sul o rio Ronuro e a oeste os rios Culiseu-Culene. Ao leste os formadores do rio Xingu. O processo aculturativo intertribal também é notificado nesta região e Galvão anunciava na década de 1950 que “em um futuro próximo” (id) haveria a formação

de um padrão culturalmente uniforme entre todas essas populações étnicas no Xingu.

Organizada por Galvão com bases na classificação de Steward a área **Tocantins- Xingu** está localizada ao norte partindo do rio Mearim quando alcança o rio Iriri (afluente do Rio Xingu), a oeste pelos Tapajós- Xingu, a leste pelo Tocantins e ao sul pelo chapadão que estende-se do Mato Grosso a Goiás. Esta área é composta pelas etnias Timbira (Canela e Apinayé), Akwê (Xerente, Xavante) e pelos Kayapó (Goratire, Xikrin, Menkranotire, Kubenkranegn). Nesta área o autor destaca os contatos como variando de isolado a permanente.

A área cultural **Pindaré – Gurupi** fica localizada entre os rios Pindaré e Gurupi, e é composta por grupos Tenetehara. A forma de contato é descrita como sendo direto e permanente com a população envolvente. Há também relações inter étnicas entre os Tenetehara e os Urubu-Kaapor que acabam participando desse processo de aculturação.

A área classificada como **Paraguai** está ao sul do pantanal mato-grossense junto às margens do rio Paraguai. Destacam-se as etnias Kadiweo e Terena por serem focos de mudanças rituais devido a um processo de aculturação extratribal, segundo o autor.

A área denominada **Paraná** está na região encostada com as fronteiras do Paraguai e Argentina e vai até o sul de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Nesta região são encontradas etnias de fala Tupi-guarani, que estão divididas em três sub-grupos: Namdeva, Mbyá e Kaiová. Galvão destaca que os contatos variam de permanentes a integrados, abalando com diferentes intensidades a identidade cultural de cada etnia. Observa ainda que dentro desse processo aculturativo ocorreram mudanças especialmente quanto a cultos religiosos indígenas, que sofreram influências advindas das práticas e idéias cristãs, interferindo na estrutura religiosa nativa.

A área denominada de **Tietê- Uruguai** se localiza entre o rio Tietê em São Paulo e os interiores do Paraná, Santa Catarina e Fronteiras com o Rio Grande do Sul. É composta pela etnia Kaingang tanto de São Paulo como os do Estado do Sul e pela etnia Xokleng em Santa Catarina. Galvão alerta que a maioria dessas populações vive em postos indígenas e sofreram perdas de elementos tradicionais da cultura.

Finalizando com a classificação das áreas culturais propostas por Galvão, temos uma área denominada **Nordeste**. Esta é composta por diferentes grupos populacionais dispersos nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Minas Gerais que Galvão registra como sendo representantes das etnias Fulniô e Aticun. A maior parte dessa população é registrada como vivendo integrada ao meio regional, mesclando ou perdendo elementos culturais como, por exemplo, a sua língua nativa.

Esta classificação de áreas culturais, organizada por Galvão, foi uma das mais recorrentes na etnologia brasileira e, ainda hoje, é comum encontrarmos trabalhos que a utilizam como um critério subjacente para a apresentação do espaçamento nativo brasileiro.

### UMA VERSÃO ATUALIZADA SOBRE A QUESTÃO DO ESPAÇAMENTO NATIVO SUL AMERICANO

Melatti apresenta seu estudo sobre áreas etnográficas na América do Sul, em sua página na internet, [www.geocities.com/juliomelatti/](http://www.geocities.com/juliomelatti/). Trata-se de um trabalho referencial e obrigatório para o estudo da distribuição das populações nativas no continente sul americano. Para o alcance desse nosso artigo, cabe ressaltarmos o que o autor denomina por princípios de **pólos de articulação indígena**. De acordo com tal conceituação as **relações** construídas pelos nativos, sejam elas sociais, políticas, religiosas e cerimoniais, econômicas ou comerciais, cotidianas, são partes constitutivas no critério de organização das diferentes **áreas etnográficas** e não culturais, como até então os diferentes autores apresentaram. Desse modo o critério articulador para a existência de um **pólo** será o partilhamento da vida social econômica política, mais que uma paridade ou similaridade cultural.

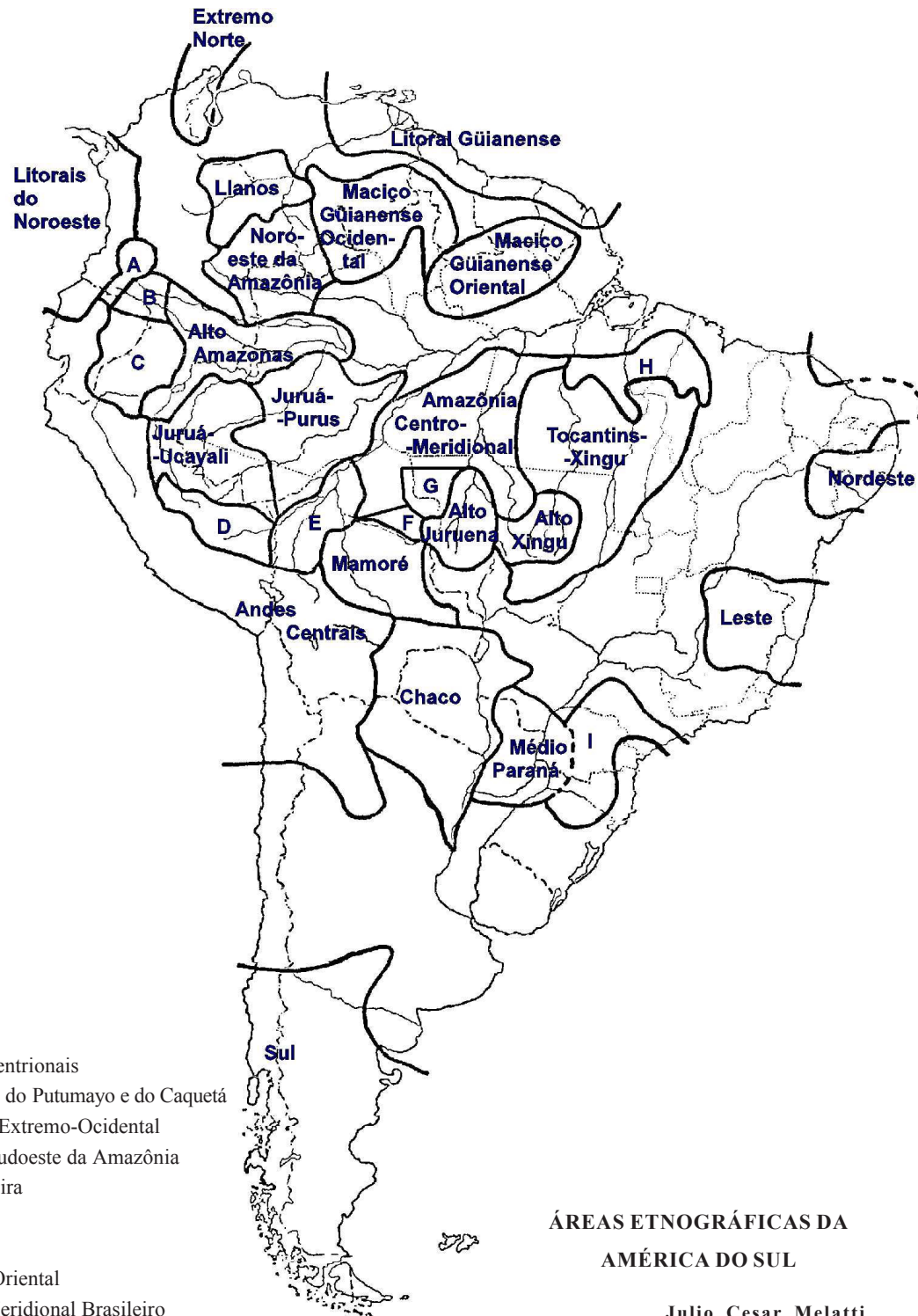
Para a construção destes pólos o autor elaborou “**eixos de interconexão**”, que se encarregam de aproximar as diferentes etnias a serem classificadas espaçadamente. Entre os pólos articuladores Melatti considera um eixo de interconexão a ordenação lingüística, na medida em que esta sugere conexões temporais. Então, por esse exemplo, temos o eixo “**articulação lingüística**” que realiza a conexão temporal por meio das associações que possam existir, ou ter existido, entre uma etnia e seus pares associados lingüísticamente.

O autor constrói também o pólo articulador denominado **ambiental**, cujo eixo de articulação aproxima as etnias que compartilham de um mesmo meio ambiente e que, portanto, tem nesse viés uma interconexão. Outro pólo articulador é composto pelas **relações sociais**, cujo eixo de interconexão é denominado **intertribal**. Trata-se daquele de-

monstrativo das relações sociais, políticas e econômicas que as diferentes etnias realizam entre si.

Por fim destacamos o pólo articulador constituído pela interconexão **etnologia**, em que o autor procura mostrar a articulação das diferentes

etnias em torno dos estudos que já foram com ela realizados e que, por essa via, podem ser também construídos modos de re-agrupamento e composição de uma área etnográfica em específico. Assim, a delimitação teórica empreendida pelos



etnólogos passa a ser criativamente um dos componentes desse espaçamento e da organização da articulação dessa classificação em áreas etnográficas.

Com a apresentação do mapa em que Melatti organiza as diferentes **áreas etnográficas** entendemos que, também em razão da sua facilidade de acesso, este trabalho é fonte de consulta básica e relevante para aqueles que pretendem estudar esta questão do espaçamento nativo contemporâneo na América do Sul. Destacamos ainda que o autor faz a devida ressalva ao delimitar essas áreas enquanto **etnográficas** e não **culturais**. Trata-se explicitamente de considerar o aspecto de serem estas, antes de tudo, resultantes de uma construção analítica.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho pretendemos ter indicado fontes introdutórias para um estudo sobre as diferentes perspectivas que orientaram as classificações voltadas para o espaçamento nativo brasileiro, em especial ao longo dos três primeiros quartos do século passado. Procuramos tornar a complexidade decorrente da pluralidade étnica nativa visível. O verdadeiro cipoal formado a partir das diferentes denominações das etnias nativas, assim como as diferentes bases de referência espacial que os sucessivos autores usaram, dificultam sobremaneira uma tarefa comparativa e apresenta variados graus de dificuldades. No entanto, estas dificuldades não devem desanimar o estudante que se inicia na etnologia indígena brasileira. Antes se apresentam como estimulantes desafios.

O estudo teórico metodológico fundamentado no conceito de áreas culturais, pode também ser compreendido como a construção de campos de estudos etnográficos contingenciados. Via de regra não formulou uma consideração excessiva da influência física e geográfica adotada pelas análises do fenômeno migratório, que enfatiza mais a resultante, ou seja, a chegada e permanência de um grupo em uma dada região, sendo constituída, a partir dessa “chegada e permanência” uma área cultural.

Associado à grande influência teórica e metodológica dessa perspectiva analítica, ocorreu uma construção teórica sobre o espaçamento dos povos nativos sul americanos. De forma direta este campo de estudo contribuiu para uma delimitação e um espaçamento sócio-cultural entre os povos indígenas, construindo uma paisagem compartimentalizada. É nosso propósito problematizar esta condição para o estudo das populações indígenas no Brasil. Para que consigamos avançar neste objetivo, será importante retomarmos mais criticamente como se deu a construção do cenário nativo sul-americano intermediado pela orientação teórica e metodológica fundamentada no conceito das áreas culturais. É preciso analisar o quanto este procedimento analítico tem contribuído para uma descontextualização das populações indígenas nos termos macro-regionais em que se inserem e quais as decorrências deste fato para a sua convivência contemporânea. Esta é uma tarefa que se apresenta.

O seccionamento teórico proposto implicitamente pela delimitação das áreas culturais promoveu recortes espaço-culturais que foram sendo padronizados ao longo do tempo. Por essa via influenciou na organização dos estudos sobre as populações nativas, metodologicamente organizando sua distribuição de uma maneira que entendemos ser, até certo ponto, mutuamente excludente. Se isto era, de certo modo, inevitável no momento em que apenas começavam as pesquisas sistemáticas sobre os povos indígenas da região, hoje a massa crítica acumulada desde então, por meio das inúmeras monografias, análises comparadas e modelos regionais, permite uma reflexão mais global sobre estas populações nativas. A análise dos dados populacionais e da distribuição espacial contemporânea dos povos nativos, inclusive aqueles que estão experimentando processos de rearticulação, ressurgimento e re emergência étnica, está por exigir novas metodologias e parâmetros de análise

Com esta breve revisão que fizemos sobre os limites experimentados pela etnologia indígena no Brasil, a partir do conceito de áreas culturais, entendemos poder contribuir para o avanço deste

instigante projeto de análise antropológica, qual seja, aquele que procura compreender cada vez mais o pluralismo próprio do mundo nativo sul americano e brasileiro, em seus próprios termos.

### BIBLIOGRAFIA

- GALVÃO, E. 1979. **Encontro de Sociedades**. Editora Paz e Terra SP.
- GROSS, D. 1975. "Protein Capture and cultural development in the Amazon Basin" in **American Anthropologist**, n. 77 pp. 526-549.
- GRUPIONI, Luís D. **Índios no Brasil**. B. (org). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- HERSKOVITS, M. 1948. Man and His Works. **Antropologia Cultural**. Editora Mestre Jou.
- KEESING, Felix M. "Antropologia Cultural", livro 1, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 19, 1961.
- KROEBER, A 1939. **Cultural and Natural areas of Native North America**. Bekerley: University of California Press.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1993. "Un autre regard", **La remontée de l' Amazone**, L 'Homme 126-128.
- LEVI-STRAUSS, C. 1975. **Antropologia Estrutural** Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro.
- LINTON, R. 1936. **O Homem. uma introdução a Antropologia**. Martins Fontes Editora. SP.
- LOPES da Silva, A; Grupioni, Luis Donizeti. 1995 **A temática indígena na escola-novos subsídios para professores do 1º e 2º grau**, MEC/MARI/Unesco. Brasília.
- MELATTI, Júlio Cezar **Índios do Brasil**, 7ed, São Paulo: Hucitec; (Brasília): Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- MURDOCK, George P. 1951. **Outline of south american cultures**. Behavior Science Outlines 2. New Haven.
- OSBERG, Kalervo 1975 "Types of Social Structure among the lowland Tribes of South and Central America" in **American Anthropologist**, n. 3 vol1. 57 pp. 472-487.
- REICHEL-DOLMATOFF, G. 1976. **Amazonian Cosmos. The Sexual and Religious Symbolism of the Tukano Indians**. Chicago, The University of Chicago Press.
- RIBEIRO, Darcy; Ribeiro, Berta. (Orgs) 1986 **Suma Etnológica Brasileira**. 3 vols Editora Vozes.
- RIBEIRO Darcy, **1970 Os índios e a Civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Companhia das Letras. SP SP.
- RICARDO, Carlos Alberto; Ricardo, Fany, 2001. **Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil Instituto Sócio Ambiental, SP**.
- RIVIERE, Peter 1984 **Individual and societ in Guiana: a comparative stud of amerindian social organization**. Cambridge Studies in Social Anthropology 51. New York: Cambridge University Press.
- STEWART, J. (ed) 1949. **Handbook of South American Indians**. Vols 1-5. Smithsonian Institute Bureau of American Ethnology. Washington. USA.
- STEWART, J. 1955. **Theory of Cultural Change**. Urbana University of Illinois Press.
- VIDAL, L. (org.) **Grafismo Indígena. Estudos de antropologia estética**. Estúdio Nobel, EDUSP, F APESP, 1992.
- VIVEIROS de Castro, E. 1985. "Sociedades minimalistas: a propósito de um livro de Peter Riviere" in **Anuário Antropológico** 85. Editora Tempo Brasileiro RJ.
- WHITE, L. 1943. "Energy and the evolution of culture". In **American Anthropologist** 45.

